



Editorial

Tempos de crise e a miséria brasileira: medo e esperança diante do Estado de Direito

Vitor Bartoletti Sartori

I Marx ainda hoje? Não vivemos o tempo de um novo paradigma?

Remeter a Marx em pleno século XXI pode parecer preciosismo em tempos de guerras, de Donald Trump, de avanço da extrema-direita e de uma ideologia misógina, particularista, agressiva, cínica e que ganha mais força a cada dia. Alguns poderiam inclusive clamar por uma atuação mais contemporânea e jovial da vetusta esquerda: em redes sociais, deveríamos marcar posições progressistas contra o inimigo, sendo preciso certo senso de divulgação, ou mesmo um empreendedorismo digno dos influencers. De acordo com tal posicionamento, o “fascismo” se avizinha e vem apresentando-se como uma espécie de segunda natureza na miséria da vida cotidiana. Essa última, por sua vez, apresentar-se-ia em uma espécie de era da pós-verdade, em que a disputa de narrativas seria o essencial, ainda mais no momento em que se aproximam as eleições presidenciais.

Nessa hora, mas também no dia a dia, a teoria sisuda, a análise imanente, a trabalhosa leitura estrutural estariam com dias contados em uma situação-limite, que demandaria todo nosso carisma, poder de convencimento e uma linguagem que conscientemente se aproxima de uma espécie de marketing social “antifascista”.

Quem não compartilhasse desse ímpeto, faria o “jogo da direita”, de modo que o código binário parece ganhar validade novamente: progressismo adstringido ou fascismo. Assim, com as eleições em perigo, nos perguntam: não seria possível que a estetização da política – forte nos próprios propagandistas fascismo – estivesse agora de nosso lado? Afinal de contas, quem se importa com o que Marx disse ou deixou de dizer em um mundo marcado por um “estado de exceção permanente” (Benjamin, “relido” por Agamben)? A urgência das respostas seria preemente e as armas do passado não se prestariam mais para as condições do presente, em que o próprio marxismo teria se transformado em uma relíquia e as eleições, bem como a trends e

os algoritmos das redes sociais, ganhariam a dianteira em uma espécie de luta do bem contra o mal. Se a ausência de autocritica for uma pré-condição para derrotar o “fascismo”, dizem-nos: que assim seja!

Hoje, há certa visão de mundo na autoproclamada esquerda, segundo a qual vivemos uma nova era, sem precedentes na história da humanidade, e absolutamente nova. Tratar-se-ia de uma espécie de “neofascismo” tiktoker cujo instrumento de publicização é o Twitter (atual X, de Eillon Musk). Em um cenário desses, a pergunta clássica sobre o que fazer daria lugar à militância aguerrida, que não deixa de se apresentar em tons teológicos, do bem contra o mal. Seria essa visão acurada? Estamos mesmo em um momento em que todos os “paradigmas” precisam ser deixados de lado?

É um fato que vídeos de influencers recebem muito mais visualizações que o número de leitores contemporâneos de *O capital*. Nós, marxistas, somos dinossauros, que não admitem a própria insignificância e que se atêm a parâmetros de outrora? Somos conservadores, que não conseguem – talvez por hábito adquirido – deixar de ler textos clássicos no original? O espectro do comunismo tornou-se um fantasma que assola meia dúzia de gatos pingados que insistem em declarar que, afinal de contas, não há crítica possível sem questionamento das relações sociais de produção subsumidas ao capital?

Se a resposta a essas perguntas for afirmativa, não faz mais sentido falar em capitalismo. Porém, caso seja necessário ruminar as derrotas sofridas nas últimas décadas pensando sobre o que é o capitalismo contemporâneo, a situação é muito diferente. Imbuídos da certeza de que a segunda opção é verdadeira, passamos a nossas rumações.

II

Antes disso, um respiro!

Em sua história, a *Verinotio* guia-se pelo fato de que quaisquer questões apresentadas na sociedade contemporânea dizem respeito à contraditória reprodução do modo de produção capitalista, assim como à inescapável presença de crises econômicas. Por tudo que sempre defendemos, nossas respostas às questões formuladas acima é um retumbante não. Mas precisamos refletir sobre a sedução dessas perguntas.

Em verdade, o fato de levantarmos essas questões é um sintoma. Ao fazê-lo, assumimos, com Chasin e como estipulamos em outros editoriais, que, em verdade, a esquerda está morta e que o autoproclamado campo progressista é um morto-vivo,

um cadáver insepulto que, no melhor dos casos tenta tirar sua poesia do passado. Ou seja, sabemos que as indagações arroladas acima detêm certa razão de ser. Elas expressam, para que digamos com Paulo Arantes, uma espécie de “novo tempo do mundo”. E, nesse sentido específico, furtar-se de tentar respondê-las com seriedade e sem ar arrogante de superioridade pode ser fatal. Porém, o esforço necessário para dar respostas satisfatórias a essas indagações, bem como aos desafios de nosso tempo, é coletivo e envolve a mobilização das mentes e dos corações de todos aqueles dispostos a lutar por uma forma de sociabilidade superior. Por isso, nossos esforços imediatos – que não excluem muitos outros; antes os demandam – vão na direção do questionamento substantivo sobre a ordem do capital e suas organizações; e a labuta científica é necessária para tal empreitada.

A angústia expressa nos questionamentos acima decorre de uma situação real, a qual deve ser compreendida com seriedade e contando com muitas cabeças.

No ímpeto desse esforço coletivo, não podemos nos furtar da busca pela compreensão científica da realidade (afinal, como disse o velho Mouro, essência e aparência não se identificam imediatamente). Corroborando tal projeto, o lançamento do presente número da revista é marcado por dois belos e rigorosos textos na sessão de artigos de tema livre, respectivamente, de Marcello Musto e de Martin Kóval. O lançamento da presente edição também conta com dois singelos acontecimentos, os quais, mesmo que com pretensões modestas, julgamos de grande importância para o projeto de renascimento da esquerda e, em específico, da crítica marxista contemporânea.

Primeiramente, dando continuidade à edição da obra completa de J. Chasin, organizamos a republicação de a *Miséria Brasileira*, edição essa que é fruto de esforços coletivos e dá continuidade às duas publicações anteriores da *Verinotio Livros: Futuro ausente*, também do filósofo paulista, e *Determinação social do pensamento econômico na unidade do método materialista*, de Elcemir Paço Cunha. Ambos os livros podem ser adquiridos ou podem ser baixados gratuitamente no nosso site da *Verinotio*.

Dessa vez, realizamos uma parceria (que dará origem a uma coleção de livros) com a Editora Hedra, com quem juntamos forças e agradecemos na figura do “neoragueliano” Felipe Musseti, que também passa a fazer parte do corpo de editores da revista. Tal fato consolida o trabalho conjunto do NEHTIPO, coordenado pelo professor Antônio Rago Filho, da PUC SP, e pelo Grupo de estudos de marxologia, da UFMG, coordenado pela professora Ester Vaisman. Além da publicação dos textos referidos, futuramente, publicaremos traduções de clássicos do marxismo e textos autorais ligados à nossa linha editorial, buscando dar azo ao rigoroso debate de ideias,

comprometido com o projeto de emancipação do trabalho e com a superação do modo de produção capitalista.

Outro marco do presente número da *Verinotio* está expresso no dossiê “Crítica à economia política, crítica ao Direito”. E o esforço expresso nos textos aqui disponibilizados carrega uma proposta clara de crítica ao Direito e às políticas públicas.

De mais diversos matizes, as pessoas cujos textos foram por nós publicados colocam-se explicitamente pela superação do modo de produção capitalista, do Estado e do Direito, o que, acreditamos, não é pouco e nem insignificante. Em verdade, tal posição é basilar para a formação de programas econômicos e políticos que sejam capazes de atingir o núcleo da relação-capital. E, por essa razão, o embate que buscamos trazer à tona ocorre com franqueza e sem meias palavras, pois compartilhamos do essencial.

Ademais, contra a tendência da moda de relegar a lei do valor a um debate meramente filológico, todas as vertentes do marxismo aqui em debate – e presencialmente vinculadas ao evento homônimo que ocorre do dia 03 ao dia 06 de junho de 2026 na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG – reafirmam a crítica ao valor, às formas mercadoria, dinheiro e capital e, assim, retomam as bases do projeto marxista de crítica ao modo de produção capitalista. Agradecemos encarecidamente a todas as pessoas envolvidas na organização coletiva do evento e na elaboração do *Dossiê* e lamentamos que importantes presenças da crítica ao Direito nacional como Guilherme Leite Gonçalves, Flávio Roberto Batista e Julia Lenzi Silva não possam ter comparecido. Reafirmamos nosso compromisso de um debate aberto e direito, no qual compartilhamos do essencial na mesma medida em que estamos dispostos a explicitar nossas diferenças.

Conjuntamente com a *Verinotio*, os organizadores do evento (e mais pessoas que não puderam participar, infelizmente) renegam a principal ilusão quanto ao presente: aquela segundo a qual as bases econômicas e institucionais da sociedade atual são sustentáveis. A crítica à economia política, ao Estado e ao Direito são pontos de partida de todos nós e, mesmo com todas as nossas limitações e divergências, procuramos deixar nossas singelas contribuições para que um projeto emancipador possa ressurgir atualizado, sem os vícios que marcaram a esquerda que hoje está moribunda e sobrevive com ajuda de aparelhos. Ainda sobre isso, deixemos claro: autores que não constam em nosso dossiê e que figuram nas antípodas de nossas opções de leitura de Marx também conformam esse importante campo e, em nossas discordâncias, são considerados por nós aliados.

Já respondendo rapidamente a um pressuposto das indagações levantadas acima: uma crítica radical ao capitalismo não leva à paralisia ou ao encastelamento. Antes, pelo contrário. O questionamento do modo de produção capitalista pode propiciar análises concretas realizadas com fundamentação teórica sólida e que não deixem de representar de modo mais apurado possível a realidade social de uma época, em suas diversas dimensões e diferentes níveis de concretude. Uma visão reta do real, porém, sabe que a sociedade não obedece necessariamente aos rumos que pretendemos dar a ela e, por isso, sempre é preciso uma revisão de rota e o reconhecimento, abundante em Marx e Engels, de que determinada posição concreta antes defendida não é mais atual. A prática – por mesmo modesta – que não possua consigo a apreensão do movimento do real é cega e o presente número da *Verinotio* se contenta em inicialmente conclamar a todos para que não abandonemos a pretensão de alcançar as determinações objetivas da realidade para, então, transformá-la, subvertê-la e liberar as potências que crescem em seu próprio seio.

Também com Chasin, e como expresso em *A miséria brasileira*, intentamos explicar de modo claro que a perspectiva da esquerda é mais que atual, é imperativa.

Ou seja, não podemos confluir com quaisquer fatalismos, derrotismos vulgares, ao mesmo tempo em que não nos é permitido clamar por uma utopia, qualquer que seja sua natureza. Se permanecemos em um tempo de crises, é premente a compreensão das condições objetivas, das possibilidades e das determinações dessas crises. Para tal tarefa, o renascimento do marxismo e da crítica da economia política é uma necessidade.

Talvez, o momento atual seja aquele do fim da utopia, não no sentido dado a esse fenômeno pela direita, mas por alguém como Marcuse, que enxergou na sociedade de seu tempo tanto as condições necessárias para tornar a superação do capitalismo uma possibilidade concreta quanto o desastre que se efetiva para que essas potências sociais não se tornem ato, em um modo de produção superior. É preciso negar a utopia, seja ela romântica, ancestral, ou mesmo daqueles que pretendem ressignificar um tempo, como a década de 1920, em que o comunismo, mesmo que de modo profundamente contraditório, parecia dar a tônica do futuro. Em se tratando de *Miséria brasileira*, ao voltarmos-nos à realidade nacional, também não nutrimos ilusões quanto à possibilidade de reavivar os espaços de intervenção descortinados por J. Chasin em seus textos de intervenção e de análise da política (e da ausência de programa econômico) nos anos de 1980-1990.

Acreditamos que a presente publicação é vital para qualquer projeto emancipatório, mas, obviamente, a análise chasiniana ilumina o presente, embora não

substitua nosso esforço (coletivo) para compreender a real tessitura do capitalismo contemporâneo, e de suas especificidades brasileiras. A boa e a má notícia são que não avançamos substancialmente nas últimas décadas e que, portanto, grande parte desse trabalho – que envolve a revitalização da crítica da economia política, ainda está por vir.

III

Ruminações sobre Marx, Engels, as leis imanentes do modo de produção capitalista e a esquerda

Assumimos que a esquerda está morta e que somos legatários dessa derrota, mas não nos rebaixamos ao abandono da perspectiva da esquerda e não abdicamos de conclamar a necessidade de renascimento da esquerda (e do comunismo) no mundo atual. E, muito importante: não se trata de “otimismo da vontade” *versus* “pessimismo da razão”, que, em verdade, não deixa de trazer consigo certa antinomia inaceitável. Por isso, tomamos como proveitosa certa ruminação sobre as derrotas do passado, o estado atual do presente e a necessidade de retomar autores do século XIX, como Marx e Engels.

Diante da aversão contemporânea à ciência, à teoria e à investigação sobre os elementos nucleares da sociedade capitalista, retomar autor de *O capital* muito pode ajudar. Hoje, chama muito a atenção o fato de que, ainda no século XIX, Marx analisou figuras empresariais e da organização do trabalho que nos são contemporâneas e, não raro, apresentam-se aos desavisados como típicas de um momento singular do capitalismo. Grandes conglomerados, empresas públicas de enorme escala e cooperativas geridas pelos trabalhadores são temas privilegiados do livro III de *O capital*. Assim, há indicativos importantes presentes na crítica da economia política e que precisam ser considerados antes de qualquer desespero quanto ao presente. O espaço dedicado à economia política no *Anti-Düring* de Engels também não se furta de uma análise dessas formas de organização da produção capitalista, bem como das bases fundamentais das crises econômicas inerentes ao modo capitalista de produção. E, desse modo, também nesse sentido, os dois revolucionários alemães realizam investigações que nos dizem respeito e que evocam aspectos decisivos de nosso tempo, o qual J. Chasin não deixou de chamar, do nosso ponto de vista, de modo acertado, de “tempo das crises”.

Obviamente, retomar os autores do *Manifesto comunista* é insuficiente, mas pode ser vital. Em verdade, a empreitada dos revolucionários alemães procurou apreender as determinações mais gerais do modo de produção capitalista e, para isso,

tanto analisaram os elementos essenciais desse sistema produtivo, tal qual o processo de produção de mais-valor, quanto se articulou esse elemento nuclear com formas aparentiais (mas não menos verdadeiras) como o ganho empresarial, os juros, a renda, o preço de custo, e tantas outras figuras destacadas no cotidiano das formações sociais singulares. Remeter a Marx não significa negligenciar aquilo que se apresenta no cotidiano, mas levar a sério a tarefa de descortinar as figuras aparentes que se manifestam na imediatidade da sociedade.

Com isso, a posição marxiana rejeita as lamentações piedosas e românticas, vinculadas ao sentimento de perda quanto àquilo que se dissolve na expansão do capital. Afinal, como disseram Marx e Engels no seu mais célebre texto, tudo que é sólido se desmancha no ar; o sagrado se torna profano. Para os revolucionários alemães, não há como desconsiderar ou se prender às formas aparentiais, sendo preciso uma crítica decidida ao pragmatismo caracterizado pela parte mais estranhada da vida cotidiana, em que há, para dizer com o velho marxista húngaro da *Estética*, uma unidade imediata entre teoria e prática. Assim, já nos primórdios da crítica da economia política, há um ataque decidido e resolutivo à superficialidade de posições imediatistas, como aquelas da economia vulgar e de certos socialistas, como Weston. Como resultado, não se trata, assim como não se tratava, de ser “otimista” ou “pessimista”, mas de apreender a interconexão entre as categorias constitutivas do próprio real. E a anatomia das crises da produção capitalista nos marca. Assim, seu estudo já está presente nas próprias leis imanentes da produção capitalista, analisadas em *O capital* e cujo estudo ainda se faz necessário.

Que fique claro: o tempo das crises difere muito de qualquer fim da história. E, mesmo para avaliar com o mínimo de correção o cotidiano do capitalismo contemporâneo, a apreensão das determinações do processo global de produção impõe-se. Por conseguinte, um tratamento minimamente fundamentado do tempo presente demanda a referência a Marx e à crítica da economia política. Se a mirada mais superficial e a apreensão das determinações de nosso tempo não pode negar a existência de crises (que são sentidas por todos os indivíduos no cotidiano), há de se investigar a origem, o desenvolvimento e a necessidade de pôr um fim às crises econômicas, o que, acreditamos seguindo Marx, só é possível com o fim do sistema capitalista.

Tal qual na época de *O capital*, grandes conglomerados, o caráter público ou privado das empresas e a organização dos trabalhadores na produção ainda se apresentam como decisivos para os problemas atuais. Há diferenças entre a época marxiana e a nossa, porém, as configurações das relações sociais de produção de um

tempo não podem se resumir de modo algum a jargões que, não raro, substituem a análise da realidade com “precarização”, “precariado”, “neoliberalismo”, “uberização” etc., como defendemos anteriormente, na publicação do dossiê sobre regulacionismo, sob a responsabilidade de Ronaldo Vielmi Fortes e Elcemir Paço Cunha. Não que tais expressões sejam simplesmente vazias, mas elas dizem respeito a algo que, em verdade, ocultam: a unidade entre processo de produção de mais-valor, realização do mais-valor e distribuição do mais-valor. Aliás, grosso modo, essa unidade apresenta-se ligada à correlação entre processo imediato de produção, processo de circulação e às figuras do processo global de produção. E, assim, nada menos que o “todo artístico” mencionado por Marx ao elaborar *O capital* precisa ser devidamente compreendido para falar com propriedade de elementos cotidianos dos problemas que se apresentam às pessoas diuturnamente.

Como resultado, remeter a obra magna de Marx não é preciosismo, mas o mínimo requisitado para a avaliação do movimento das categorias econômicas no modo de produção capitalista. Por mais que, por exemplo, a explanação do que seja mais-valor absoluto e relativo não constitua necessariamente uma preocupação daqueles que devem juros estratosféricos, pagam aluguéis abusivos e são forçados a comprar alimentos ultraprocessados de grandes cooperações, é um fato objetivo que renda urbana, os juros que afligem as pessoas e os lucros da indústria alimentícia são parcelas do mais-valor e que os baixos salários nacionais só são possíveis com uma conformação da relação-capital específica, no Brasil, marcada por uma via colonial de capitalismo.

Por conseguinte, ainda que olhemos para as questões mais cotidianas, a discrepância entre a essência e a aparência justifica e demanda a atividade científica, presente na crítica da economia política. Marx, pois, não fornece uma visão alternativa sobre as categorias vigentes no modo de produção capitalista; ele descortina as próprias leis imanentes da produção em seus elementos nucleares e aparentais. A posição marxiana não é moral, portanto; muito menos há qualquer defesa “tática” de narrativas moralistas e com tons teológicos, em que o bem enfrenta o mal; a moral, como já expresseo em *A Sagrada família*, pode trazer certa consciência limitada sobre as contradições sociais de um tempo, mas, ao fim, apresenta-se como a impotência colocada em ação. Ademais, a conformação de narrativas alternativas não deixa de lembrar a tentativa neohegeliana, criticada duramente por Marx e Engels em *A Sagrada Família*, de superar as contradições da própria realidade no plano da imaginação. Trata-se de um ímpeto retomado de modo farsesco e profundamente manipulado, saindo-se os “filósofos” como ótimos marketeiros.

Marx oferece um antídoto contra o pragmatismo oportunista e o utopismo pueril, polos entre os quais nós, os marxistas, não deixamos de oscilar no tempo das crises. Que fique claro novamente: não dizemos isso em tom de superioridade, mas reconhecendo que fazemos parte do problema a ser devidamente colocado e resolvido. O mínimo a se demandar de alguém educado na crítica marxiana é a apreensão das determinações mais gerais das leis imanentes da produção capitalista e não é sempre fácil lembrar-se disso quando se está, para dizer com o velho húngaro da ontologia, agindo sob pena de ruína.

A situação resta ainda pior com a constatação de que, em verdade, não basta apreender as determinações das leis imanentes da produção capitalista. Igualmente correto é que sem o entendimento da natureza de tais leis, a pré-condição para a elaboração de qualquer estratégia política e de uma política econômica minimamente eficaz e fundada na realidade nos escapa e podemos vociferar de modo quase delirante.

Há um aspecto da obra marxiana deveras difícil de compreender e de rememorar atualmente: as leis imanentes do sistema capitalista de produção tanto impõem-se quanto engendram as condições que as tornam anacrônicas. E nenhuma peripécia logicista é necessária para afirmá-lo. Também inexistente qualquer apelo utopista ao dizê-lo. Porém, é preciso assumir que, no próprio cotidiano, é extremamente difícil apreender tal verdade.

O modo pelo qual foi compreendida no século XX a posição segundo a qual as condições para a superação do capitalismo emergem de seu próprio desenvolvimento possui inúmeros problemas, vinculados, sobretudo, à vigência do marxismo vulgar. Confluímos com todas as críticas possíveis ao stalinismo e já nos pronunciamos mais de uma vez sobre o anacronismo do resgate farsesco do “socialismo real”. No entanto, qualquer tentativa de colocar a superação do capitalismo como uma espécie de “acontecimento” visto *à la* Heidegger não merece crédito. Antes, ela acaba fazendo coro ao irracionalismo e a certo romantismo, os quais, ao fim, mostram-se incapazes de qualquer análise das categorias econômicas presentes na própria realidade da sociedade capitalista.

Em outras palavras, ainda hoje, o apelo à prática científica e ao desenvolvimento de uma ciência digna de tal nome é atual. Sem a apreensão das categorias econômicas do capitalismo, tal modo de produção é tomado como uma segunda natureza e só restam como alternativas a gestão cínica do capital ou o utopismo e o romantismo moralistas.

De uma posição objetivista, hiperracionalista (o stalinismo), vai-se ao

subjetivismo e ao irracionalismo. E, em verdade, a aversão à ciência, à razão e à apreensão reta do real por parte da autoproclamada esquerda figura como uma versão moralista e com fortes tonalidades teológicas da visão de mundo da extrema-direita (não por acaso, teologizante). Em um momento como esse, a reafirmação do básico é necessária: como disse Marx em sua introdução a sua crítica à filosofia do Direito de Hegel, o pressuposto de toda a crítica é a crítica da religião. E, assim, a aversão ao stalinismo por parte substancial daqueles à esquerda, não raro, os leva a posições muito mais compatíveis com a religião e a teologia que com o marxismo. E, como nos ensinam Marx e Engels, ao fim e ao cabo, a base real da transcendência religiosa são relações sociais que se apresentam como uma espécie de segunda natureza, para dizer com Engels, de modo metafísico e, para remeter a Marx, como uma objetividade fantasmagórica, com elementos sensíveis-suprassensíveis, que, por sua vez, impõem-se cotidianamente nas formas mais diuturnas com as quais nos deparamos no dia a dia, como a própria forma-mercadoria.

Não se pode olvidar esses elementos porque, caso o façamos, a própria concretude engendrada pelo modo de produção capitalista apresenta-se como uma objetividade fantasmagórica, cuja explanação é deixada de lado. A formulação teológica da teoria toma o mundo do capital como uma realidade sensível-suprassensível; a crítica à economia política marxiana coloca tal abordagem em xeque. Com uma formulação “dialética” – novamente utilizando a dicção engelsiana –, o movimento, o desenvolvimento e o fenecimento das relações sociais históricas que dão certa forma a cada um dos entes são analisados; e, assim, as leis imanentes da produção capitalista precisam ser vistas tanto em seu caráter impositivo quanto em seu elemento transicional e fadado a ter um termo.

Uma esquerda que seja incapaz de apreender a objetividade das determinações do sistema capitalista de produção permanece prisioneira da própria ignorância e se vê amparada em um moralismo vergonhoso, em verdade, comparável às vociferações da extrema-direita, que, como veremos depois, possui vantagem nesse campo moralizante.

Ao mesmo tempo, não há como não reconhecer que o caráter das leis imanentes da produção capitalista denota certa unidade na diversidade e somente pode ser analisado com referência ao mencionado processo de negação determinada de tais leis. E é justamente nesse âmbito que a importância das formas de transição, estudadas por Marx principalmente no livro III de *O capital*, aflora e demanda atenção redobrada.

IV

Mais rumações: o dever dos marxistas de tematizar as formas de transição e a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista

Não basta enunciar que o capitalismo possui formas transicionais. Assim como é insuficiente dizer que o próprio Marx já as abordou. Por isso, o movimento das categorias econômicas precisa ser desvendado, mesmo que brevemente. Verdadeiramente, a especificidade do modo de produção capitalista também diz respeito – obviamente, com distintas mediações – aos temas mencionados (conglomerados, empresas públicas, cooperativas, crises econômicas) e a seus desenvolvimentos, os quais Marx descreveu com uma expressão extremamente dúbia: “superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista”. Ou seja, aspectos basilares para a conformação da cotidianidade da produção capitalista estão envolvidos com elementos, para Marx, de transição e, para que vinculemos isso a questões atuais, há de se pontuar que a relação de tais assuntos com as crises inerentes ao modo de produção capitalista é ineliminável.

Sobre o tema, primeiramente, um ponto “filológico”: a tão aclamada *Aufhebung* (superação), objeto de disputas filosóficas quase teológicas entre parte dos marxistas mais sofisticados, não se apresenta como necessariamente resolutiva na expressão e no uso marxianos. Mais que isso: em seus meandros concretos, existe a possibilidade do avanço e do agravamento de diversos problemas inerentes às leis imanentes da produção capitalista, e vinculados ao que Marx chamou de “formas de transição”. Ademais, tanto ao falar de “superação” quanto de “transição”, o autor alemão não nos coloca em uma nova “etapa”, mas explicita a vigência de formas novas que se apresentam enquanto a forma antiga ainda é dotada de validade e vigência no sistema capitalista de produção. Assim, seja qual for a tradução da expressão, ela não possui o peso a ela muitas vezes atribuído.

Deveria ser óbvio dizer a alguém formado em uma tradição materialista que as denominações “suprassunção”, “suspensão”, “supressão”, “superação”, “abolição”, não fazem coisas. Antes, como destacado nos *Grundrisse* e reiterado inúmeras vezes por György Lukács, as categorias expressam formas de ser, das quais a apreensão reta conforma-se como urgente caso se queira transformar a realidade substancialmente.

Aliás, a pretensão de fazer coisas com palavras, além de profundamente mistificadora – e não por isso menos recorrente em certa autoproclamada esquerda – aproxima-se muito mais de Jonh Austin, da transformação dos conceitos de Richard Rorty, bem como de um uso manipulatório da linguagem, que da teorização

materialista de Karl Marx. E, também devido a isso, não configura simples preciosismo remeter a Marx no século XXI. Sua posição materialista é um alerta contra os relativismos, as infinitas interpretações supostamente possíveis e a ideologia segundo a qual o essencial é a disputa de narrativas conflitantes e, para dizer com Rorty, transformar os conceitos.

Ao invés de buscar fazer coisas com palavras, devemos apreender as determinações do real a partir de abstrações razoáveis, por mais antiquado e *démodé* que isso pareça. Assim, por meio do espelhamento aproximado da especificidade dos nexos entre os entes, a determinação ontoprática do pensamento apresenta-se e, ao fim, o critério de veracidade do pensamento mostra-se indissociável da práxis que opera em meio à objetividade do próprio real, cujas leis imanentes precisam ser descortinadas.

Isto posto, o tratamento original da superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista encontra-se no livro III de *O capital*.

Ao abordar as determinações mais gerais do capital portador de juros, Marx constatou uma oposição: na sociedade capitalista, os juros são figuras econômicas em que, de um lado, apresenta-se o capitalista monetário, que empresta dinheiro (que, desse modo, passa a figurar como dinheiro-mercadoria); doutro lado, encontra-se o capitalista produtivo (seja como capital comercial, seja como capital industrial). Ao capitalista que atua na valorização do valor (seja o produzindo, seja o realizando) Marx chamou de “capitalista funcionante” e, com isso, o autor identificou uma oposição que se desenvolve nas determinações fundamentais do capital portador de juros: aquela entre propriedade privada e função concreta na produção. Objetivamente, portanto, e nas próprias leis imanentes da produção capitalista, já em seus elementos fundamentais, há uma antítese entre a apropriação de parte do mais-valor por meio da propriedade privada e a produção do valor. No capital portador de juros, no entanto, essa oposição encontra-se no confronto intracapitalista, que, nesse sentido, somente indiretamente traz uma forma de exploração, que Marx chama de secundária, para os numerosos indivíduos da classe trabalhadora.

Na própria prática do mundo do capital, o conflito entre camadas da burguesia apresenta uma oposição objetiva e para as representações que essas camadas possuem de si mesmas. Não raro, o capitalista funcionante vê-se como um trabalhador frente ao capitalista monetário e, assim, a oposição entre formas de capital (monetário, comercial e industrial), ainda hoje, parece ser o elemento nuclear da produção ao passo que nunca pode se conformar como tal. Já no capital portador de juros, assim, resta que parcelas da burguesia passam a apropriar-se da riqueza social a partir da simples

titularidade jurídica da propriedade, sendo suas funções na produção claramente prescindíveis do ponto de vista da reprodução social. Também em meio a essas propriedades do capital, assim como hoje, a exploração oculta-se, aparentando residir, não tanto na extração do mais-valor, mas na divisão entre das parcelas desse entre estratos de capitalistas. Os juros, tal qual para o socialismo vulgar criticado por Marx, parece ser a exploração por excelência, ao passo que o salário e a relação-capital são naturalizados.

Por seu turno, em figuras empresariais mais desenvolvidas, como as sociedades por ação, antítese entre propriedade e função agiganta-se, como estipula Marx no livro III. De acordo com o autor alemão, trata-se de um sintoma da crescente socialização da sociedade, que permite, objetivamente, que aquilo que se manifesta com uma espécie de segunda natureza possa ter as próprias bases problematizadas. Para nossos fins, há que se destacar um fenômeno importante: a oposição entre capitalista funcionante e capitalista monetário expressa que, já dentro da produção capitalista, não se mostra necessária qualquer acumulação originária, prévia. Para dizer com as *Teorias do mais-valor*: com o crédito, parte dos indivíduos capazes pode colocar-se nos negócios desde que a taxa de juros e a taxa de lucro possuam discrepâncias favoráveis à autovalorização do valor. A acumulação prévia de capital deixa de ser um requisito para que os empresários possam empreender e o próprio capital sobressalente de outros capitalistas passa a circular como dinheiro-mercadoria, trazendo, ainda de modo opositivo, a socialização da propriedade.

O sistema de crédito, muitas vezes visto como elemento caracterizador do capitalismo em época de “financeirização”, como supostamente aconteceria hoje, tanto expressa a configuração de parcelas dos burgueses como uma classe apropriadora (para que se use a dicção marxiana de *Guerra civil na França*) e, portanto, mais diretamente parasitária e vampiresca, quanto comprova algo fundamental: a produção baseada no desenvolvimento gritante das forças produtivas não demanda que os indivíduos envolvidos na produção possuam capital previamente. E, assim, as bases para o tratamento de outro elemento marcante do capitalismo contemporâneo é investigado.

Ao analisar tal situação, Marx diz que nos deparamos com a crescente socialização do trabalho e da propriedade e remete a uma forma transicional: ele diz que o sistema de crédito é uma forma de transição e pode ser uma grande alavanca na superação do modo de produção capitalista pela produção associada (sim! Marx utiliza exatamente tal expressão em *O capital...*). Com esse sistema, comprova-se certo anacronismo da burguesia, que não é mais necessária no sentido de que a produção

não demanda que o investimento seja realizado diretamente pelos mesmos indivíduos que atuam na produção.

Mais que isso, em meio a uma forma de sociabilidade opositiva, o investimento adquire uma forma social, ainda que profundamente antagônica. E, nesse sentido, aquilo já estipulado desde *A ideologia alemã* ganha concretude: o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações sociais de produção e, nesse ínterim, possibilidades concretas começam a se tornar disponíveis. E elas apresentam-se de modo ainda mais claro nas sociedades por ação, nas quais mais elementos objetivos demonstram que a passagem à produção dos trabalhadores associados não é uma simples utopia.

Tal processo é proeminente nessas empresas por ação, as quais dependem da oposição entre capitalista funcionante e aqueles que se apropriam da riqueza futura a partir de direitos e de títulos de propriedade (das ações, no caso). Ainda mais: nelas, tipicamente, o trabalho de supervisão não é realizado pelo próprio capitalista, mas por trabalhadores e, assim, a oposição entre propriedade e função adquire uma nova tonalidade: a produção, antes dependente da supervisão e da administração do capitalista é operacionalizada pelos próprios trabalhadores. As funções capitalistas na produção deixam de ser realizadas pela burguesia e a propriedade aparece ainda mais estranhada diante da atividade produtiva. Não há necessidade de uma sociologia do trabalho como a fonte contemporânea para apresentar tais aspectos ao leitor, sendo vital vincular a crítica da economia política, o desenvolvimento das forças produtivas e as modificações na organização fabril, do trabalho e na administração e supervisão da produção.

Nesse sentido, Marx estipula que as sociedades por ação são uma forma transicional, em que se tem a superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista: elas comprovam que a produção não precisa da burguesia e que os trabalhadores podem realizar as funções que antes eram inerentes aos proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, diz nosso autor que, negativamente, supera-se o capitalismo, ainda dentro da forma antiga da sociedade. A socialização do trabalho adquire o estatuto de um trabalhador coletivo, que engendra a própria produção por si mesmo, ainda que sob a forma capitalista e mediada pelo surrupiar do mais-trabalho pela classe apropriadora, cujo domínio adquire tons ainda mais anacrônicos.

Nesse contexto, a propriedade privada sobrevive e preside o processo de distribuição do mais-valor (também utilizando-se de formas jurídicas), mas a forma social do trabalho já é visível a olho nu. Ao mesmo tempo em que a apropriação do

valor adquire intermediações de elementos financeiros crescentes – afinal, a especulação, a bancocracia e a fraude na bolsa (só para mencionar explicitamente os exemplos de Marx) agigantam-se nesse processo –, comprova-se que a produção dos trabalhadores associados é uma possibilidade concreta, e não qualquer utopia de um futuro especulativamente concebido.

Um outro passo nesse processo é tomado com o desenvolvimento das empresas públicas. Nelas, nos diz Engels no *Anti-Düring*, está expressa a própria incapacidade da burguesia de lidar com as crises econômicas. Ademais, no lugar dessa classe social, apresenta-se uma espécie de capitalista global ideal (o Estado), que toma a dianteira de campos específicos da produção. Também nesse sentido, a correlação entre capitalistas e proletários se modifica: em oposição ao trabalhador coletivo, coloca-se o capitalista global, novamente, de modo dúplice e ambíguo. As empresas públicas figuram de modo bastante dúbio. De um lado, comprova-se, não só que a produção associada é uma possibilidade concreta, mas que a propriedade dos meios de produção pode não ser de titularidade de indivíduos capitalistas. Ao olhar por outro viés, porém, a garantia da reprodução do capital passa a se colocar com uma espécie de planejamento consciente e com tendências monopolistas, havendo nessa forma de organização empresarial investimentos na lucratividade do capital, a possibilidade de uma repressão ainda mais organizada (e em casos específicos, mais despótica) no ambiente de trabalho e a transformação dos valores inerentes ao exercício das funções capitalistas em algo emaranhado em uma forma política e institucionalizada na comunidade estatal. O Estado, portanto, não se apresenta como solução, mas como parte do problema a ser resolvido.

A esfera pública, assim, manifesta-se tanto diante de uma situação que comprova que o domínio burguês é anacrônico e que os trabalhadores podem organizar a produção quanto na medida em que a publicidade se liga ainda mais diretamente a imperativos econômicos e à reprodução da relação-capital e à autovalorização do valor.

As empresas públicas comprovam de modo ainda mais cabal que a produção de indivíduos livremente associados não é uma utopia. Contudo, ela radicaliza alguns elementos já presentes nas sociedades por ação: nas empresas por ação, a oposição entre trabalho e propriedade havia manifestado que a produção é possível sem a burguesia, mas deixou os trabalhadores a realizar atividades e funções burguesas. Com isso, ao mesmo tempo, tornou a produção associada uma potência concreta, mas também propiciou certo ocultamento da oposição classista central à produção capitalista, aquela entre burguesia e proletariado. Mais que isso, a realização de

funções burguesas – que dependem da oposição entre trabalho intelectual e manual, criticada avidamente por Marx e Engels na *Ideologia alemã* – pode depender de formas de representação e de conhecimento que suponham a relação-capital como eterna. Nesse sentido, aquilo que Marx analisou no livro III de *O capital*, e que Jorge Grespan bem destacou, mostra-se decisivo: um específico modo de representação, que toma a *persona* do capital como base da personalidade dos indivíduos concretos, em particular, em suas vidas cotidianas.

Conhecimentos sobre “administração de empresas”, por exemplo, passam a ser necessários e isso representa elementos dúbios. Essa condição comprova que os trabalhadores estão envoltos de formas transicionais também na medida em que a correlação entre trabalho espiritual e material se torna mais orgânica, principalmente devido à aplicação da ciência na produção. Nada menos que a superação da divisão do trabalho vem à tona como algo possível! Porém, a hierarquia entre os trabalhadores e a formação daquilo que Lenin chamou de uma aristocracia operária são possibilidades concretas, que fortalecem o modo de produção (e, diria Grespan, de representação) capitalista. Simultaneamente, os indivíduos produtores comprovam a desnecessidade da classe burguesa e atuam como personificações de relações burguesas de produção. Todos esses elementos estão presentes nas empresas públicas, mas há um reforço importante: o objetivo dessas empresas aparenta estar ligado à comunidade e à reprodução do todo social sem que as mediações da classe burguesa se interponham no processo produtivo.

Também aqui, isso tem parcela de verdade, já que a produção capitalista pode ser mantida pelo Estado, inclusive à revelia da burguesia, ou – o que é mais comum e preciso – de parcelas da classe capitalista. As mediações da propriedade privada diminuem, mas a forma social da propriedade ainda é trazida em meio a relações opostas, e, com isso, configura-se algo essencial: as mesmas figuras que demonstram o anacronismo da produção capitalista dão sustentação objetivamente e ela, inclusive, no que diz respeito às formas ideais e de representação disponíveis aos indivíduos de uma dada formação social. A ideologia daí decorrente, na melhor das hipóteses, acaba por ressuscitar a oposição entre público e privado, e entre sociedade e Estado, a qual já fora demolida por Marx em *Sobre a questão judaica*. Assim, tal qual sob o stalinismo, diria Lukács, o citoyenismo parece se opor ao privatismo na medida mesma em que ambos se sustentam na vigência da lei do valor e na persistência da reprodução do capital, agora marcadas por certo elemento “público”. Também nesse sentido, mais ainda no capitalismo maduro que noutros momentos, a ideologia dominante é aquela da classe dominante, como estipulada na *Ideologia alemã* e,

mesmo que não explicitamente, desenvolvido em *O capital*.

Contrariamente a tal ideologia – que perpassa também os trabalhadores inevitavelmente –, Marx fala de possibilidade do modo de produção dos trabalhadores associados. Para que tal potência se torne ato, no entanto, as oposições ao modo de representação capitalista e à produção capitalista precisam ser decididas e, também por isso, o “problema do fator subjetivo”, como levantou primeiramente Lenin, não pode ser descuidado. O essencial sobre isso configura-se ao passo que as condições que engendram o modo de produção associado como o futuro da história humana e que levam ao desenvolvimento de uma ideologia revolucionária, que pensa a transição, são as mesmas que propiciam formas de consciência esfumaçadas assim como decididamente empresariais, inclusive, entre os trabalhadores. Por isso, para o autor de *O capital*, a superação do capitalismo (para além do capitalismo) depende de transformações na produção de modo radical e do desenvolvimento de uma consciência comunista de massas: como reforçado de diferentes maneiras pelos autores publicados no presente número da *Verinotio*, trata-se, dentre outras coisas, de compreender e de suprimir o valor.

Há ainda outra forma de superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista, em que tanto as possibilidades concretas quanto a retroalimentação do sistema produtivo pelas formas que manifestam seu anacronismo são mais radicais. No livro III de *O capital*, assim como em outros textos (como a *Crítica ao programa de Gotha*), Marx aborda as cooperativas. Elas também seriam formas de transição ao modo de produção associado. Nelas, os trabalhadores não só organizariam a própria produção – e, assim, superariam positivamente o capitalismo, ainda que dentro do capitalismo –, como também figurariam como proprietários dos meios de produção.

Todos os requisitos da produção estariam preenchidos pela classe trabalhadora, não restando quaisquer elementos (nem mesmo a apropriação da riqueza social) para a classe dos capitalistas. Decididamente, portanto, a dominação burguesa se torna anacrônica. E, também por isso, de acordo com Marx, as cooperativas são formas de transição de enorme relevo. Porém, elas inserem-se, para dizer com o autor alemão, ainda na antiga forma, vinculada à vigência do modo de produção capitalista e, por essa razão, o que levantamos acima é ainda mais radicalizado: a produção associada é uma realidade e a gestão, administração, o investimento, o controle e a organização da produção são destinados aos trabalhadores associados. Entretanto, a forma capitalista ainda se impõe e, por isso, diz Marx no livro III de *O capital*, os trabalhadores são forçados a recrutar seu próprio

trabalho para engendrar a valorização do valor. Pior que isso: efetivamente, eles se tornam seus próprios capitalistas. E a consequência disso – também aqui – é dúplice: tanto resta provado que as funções burguesas não precisam da burguesia e que, portanto, o modo de produção associado emerge das entranhas da produção capitalista, quanto – com a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista – um pesadelo pode ser efetivo: os trabalhadores podem trabalhar para si mesmos e se associar de modo não-livre, ou melhor, com suas liberdades sendo predicadas pelo capital e com suas personalidades subsumidas ao mercado, atuando como seus próprios capitalistas. Nessas condições, suas representações podem se tornar avessas à crítica ao capital, elas trazem à tona trabalhadores que figuram, de modo radical, como personificações de relações sociais estranhadas e que se tornam uma segunda natureza.

As cooperativas são uma forma de transição à produção associada. Contudo, também podem configurar-se como algo assustador: uma via obreirista para a defesa da valorização, gestão, administração e preservação do capital. Se os trabalhadores exercem funções burguesas em todos os âmbitos, eles podem transformar-se em seus próprios capitalistas e podem incorporar o sujeito automático do capital de modo ainda mais intenso que em outras formas de organização empresarial e do trabalho.

Em verdade, todas as formas transicionais tratadas por Marx trazem consigo enormes potências, ao mesmo tempo em que engendram relações sociais de produção de que o capitalismo se retroalimenta de modo extremamente problemático.

Ademais, esse processo aparece tanto na objetividade da produção quanto nas formas de representação dos trabalhadores, os quais, caso adotem uma persona burguesa, não são simplesmente “traidores” de classe, mas o resultado de um processo em que a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista dá ensejo a ainda mais capitalismo. Pior que isso: a sobrevivência desse modo de produção passa a depender substancialmente daquilo que comprova seu anacronismo e que pode dar uma faceta citoyenista à extração e realização de mais-valor. E, dessa maneira, o enigma da consciência de classe mostra-se extremamente complexo e envolve tanto uma crítica ao moralismo quanto um aprofundamento na crítica da economia política.

Certamente, o caráter social da produção coloca na ordem do dia a produção associada. Nada obstante, a oposição entre propriedade e função concreta na produção está na raiz do agigantamento da apropriação a partir da simples propriedade, bem como da crescente venda e revenda dos títulos jurídicos que dão direito a parcelas do mais-valor futuro. Com isso, agiganta-se o elemento especulativo,

a relevância das bolsas de valores, as fraudes, a bancocracia e o capitalismo toma para si uma faceta que nos parece muito familiar. Nesse cenário, organizações “de esquerda” realizam tarefas de gestão capitalista, os escândalos financeiros são banais e a perspectiva de crítica ao capital parece longínqua.

Também por essa razão, a problematização da superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista apresenta-se como um enigma a ser decifrado. Nesse sentido, definitivamente, o estudo da obra marxiana não figura como mera erudição, preciosismo ou teimosia. E falar da historicidade das formas e das figuras econômicas sem que se desvende essas formas transicionais (e de muitas outras) não deixa de ser escolástico, é um equívoco em que não podem continuar incidindo.

V

Ruminações sobre formas de transição: a moral e os programas econômicos quando se está tão perto e tão longe da supressão do capitalismo

Não é porque Marx diz que o capitalismo se torna senil e sobrevive a si que há uma teoria do colapso – que muitos procuraram, sem efetivamente encontrar – no autor. Mesmo que ela existisse (e não é o caso), a realidade nos mostrou que a última coisa que decorre de uma crise é o fim do capitalismo; essa é uma possibilidade, mas qualquer automatismo ou visão otimista sobre isso – como aqueles que marcaram parte substancial do marxismo do século XX e, segundo Holloway (de quem discordamos), o próprio livro III de *O capital* – não fazem sentido algum. Tanto as formas de transição que mencionamos quanto outras oferecem caminhos à produção associada, mas que também podem retroalimentar o próprio sistema capitalista de produção.

As potências liberadas pelo desenvolvimento da produção capitalista permanecem no nível da possibilidade sem uma transformação substantiva e consciente no modo de produção. E, como assinalamos acima, tanto tal modificação está na ordem do dia quanto tendências subjetivas e objetivas contra ela emergem fortemente desse mesmo processo. Ou seja, são traçadas possibilidades para o presente, e nada mais que isso.

Nesse sentido específico, está-se muito perto da supressão do capitalismo, mas também demasiadamente longe. A ultrapassagem da pré-história do gênero humano necessita de uma atividade consciente e coletiva – amparada na posição daquilo que foi chamado de classe produtora em *A guerra civil na França* – e as lutas que se colocam nos momentos de crise do capitalismo não são poucas. Em verdade, nesses

momentos, apresenta-se como muito mais plausível à representação cotidiana a volta da “normalidade”, e não a superação de formas sociais que demonstram claros sinais de senilidade. Por conseguinte, a batalha daqueles comprometidos com a instauração do modo de produção baseado nos produtores livremente associados não se dirige somente contra a economia e as instituições capitalistas, mas também contra as representações engendradas por essas. E, em uma época de crises, como a nossa, o descortinamento das determinações econômicas é o mínimo exigido para uma atuação consciente e organizada.

Em meio ao desenvolvimento de formas transicionais, para dizer com o famoso prefácio de 1859, a humanidade se colocar problemas que pode resolver. Mas isso não significa que consiga fazê-lo sem esforço organizativo, teórico e sem o confronto com as representações cotidianas vinculadas às formas econômicas do capital. Pior que isso: há tendências que militam no sentido do pior dos mundos, aquele em que camadas da classe trabalhadora, assim, como de seus dirigentes, efusivamente passam a incorporar os imperativos do capital como seus. Assim, o espectro da gestão “à esquerda” do capital sempre está à espreita e intenta mostrar-se como uma solução para as crises.

Ao abordar as crises, Marx procedia vislumbrando possibilidades presentes na própria realidade, com a crença de que, na ausência da compreensão rigorosa das condições sociais de um determinado tempo, a ação política é cega. Também por essa razão, a análise imanente dos textos marxianos nunca é inocente: desvelar as leis imanentes da produção capitalista é uma condição necessária à atividade política voltada à subversão das condições concretas de vida. A tática política somente possui algum sentido caso amparada em uma apreensão crítica das categorias econômicas do presente e qualquer programa político demanda a clareza de um programa econômico, calcado em uma avaliação rigorosa das formas de transição. Nesse campo, a escolha não é entre estudar ou não teorias do século XIX. E não se trata de ligar ou não ligar para o que Marx falou ou deixou de falar. Deve-se esforçar-se para apreender as leis tendenciais que regem as relações econômicas, ou permanecer refém de potências estranhadas engendradas por essas mesmas leis. E, caso se escolha a primeira opção, Marx ainda é inafastável.

Ao mirar o dia a dia, percebe-se: cotidianamente, a extrema-direita vocifera contra o socialismo ao passo que a esquerda abandona a aspiração de derrubar o sistema capitalista. Assim, o pensamento marxista – em seu sentido mais forte – está morto, por mais atual que possa ser. Enquanto parte substantiva da autoproclamada esquerda declara que há novos paradigmas epistemológicos a serem adotados,

aqueles incumbidos da defesa apologética da ordem são crus: deixam de lado tanto as ilusões políticas de outrora quanto qualquer pretensão civilizatória e humanista. Assumem a barbárie cotidiana sem pudores e, dessa maneira, em verdade, compreendem uma verdade: trata-se de capitalismo e o sistema capitalista de produção é brutal, baseia-se na exploração da força de trabalho; ademais, as crises são parte constitutiva das relações econômicas do presente.

O resultado é paradoxal: as conclusões antes vinculadas ao repertório da esquerda passam para o lado da extrema-direita enquanto a autoproclamada esquerda procura gerir o capital de modo humano, social, fingindo que as crises são uma mera contingência que pode ser gerida por técnicos competentes. A superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista, assim, parece poder perpetuar-se indefinidamente. Buscando realizar as tarefas que a burguesia não consegue ou se propõe, e enxergando como um devaneio qualquer pretensão de superação da sociedade capitalista, a pseudo-esquerda declara que o marxismo é uma relíquia do passado, ao passo que a extrema-direita enxerga marxismo e socialismo em todos os campos possíveis. De um lado, uma ideologia adstringida e que, tornada uma fraseologia de novos gestores do capital que sobrevive a si mesmo, assemelha-se à centro-direita de outrora; de outro, um cinismo sem ilusões, reativo e sem perspectivas para o futuro.

Nós, marxistas, somos insignificantes hoje. Porém, somos herdeiros da única pretensão capaz de possuir alguma relevância na atualidade: apreender as determinações da própria realidade do sistema capitalista para, assim, derrubá-lo. Retomar tal projeto é urgente e somente tem sua viabilidade desimpedida caso consigamos admitir nossas derrotas estrondosas e retomar o renascimento do marxismo. Sem isso, seremos incapazes de enxergar minimamente as determinações do real para, então, transformá-lo a partir da análise de diversas formas de transição que se colocam no seio do próprio real.

Ao falar das revoluções de 1848, Marx admitiu em certo ponto: a revolução estava morta. Os socialistas perderam. Porém, a derrota poderia ser produtiva, pois ela também propiciaria a perda das ilusões do passado. Como já mencionamos em outro momento, uma admissão similar é necessária. Parafraseando, o autor de *Lutas de classe na França*: o marxismo e a esquerda estão mortos. Sim, somos insignificantes no presente. Contudo, a posição marxista e a esquerda são mais atuais que nunca e, com uma retomada coletiva, autocrítica, precisamos dar vivas ao marxismo vindouro. O tempo das crises comprova que as ilusões do passado não nos levarão a qualquer lugar e não nos servem; também resta evidente que direita perde suas ilusões e

transforma-se em extrema-direita.

Assim, o socialismo coloca-se de modo caricato e apologético nas bocas grotescas da extrema-direita. Ela perde as suas ilusões políticas e, assim como na época do *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, enxerga socialismo nos mais básicos direitos burgueses.

Pelo que vemos, no entanto, isso tem uma razão de ser e não conforma somente propaganda e marketing, pois o modo de produção associado já figura como uma possibilidade objetiva há muito tempo. Em suas determinações mais basilares, as funções burguesas já não precisam mais dos capitalistas e, por isso, ainda que permeada pela forma antiga, uma nova forma de produção pode ser gestada e desenvolvida. Instintivamente, por assim dizer, e de modo confuso, as vociferações dos apologetas mais vulgares do capital apreendem tal fato. Por conseguinte, seus gritos escandalosos contra o socialismo, longinquamente, atingem um adversário real. Nunca estivemos tão perto da superação do capitalismo; a efetividade da produção associada não é uma utopia também.

Porém, olhar para tal cenário somente por esse prisma é essencialmente equivocado, pois, na verdade, a esfinge a ser decifrada – a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista – não foi encarada com clareza por nós, pela esquerda, que ainda não reconheceu devidamente a derrota representada pelas últimas décadas, em que o capitalismo sobreviveu a si mesmo. E, daí, salvo raras exceções como aquela de Elcemir Paço Cunha, oscilarmos entre teorizações colocadas em um nível altíssimo de abstração e posicionamentos que beiram o jornalismo cuja qualidade nem sempre se encontra à altura do melhor de nossas teorias. Nesse sentido, não só a autoproclamada esquerda está em crise, nós, marxistas, expressamos dificuldades enormes em nossas formulações, se comparados com os clássicos.

Em verdade, nossa época explicita os aspectos mais irracionais da persistência de formas transicionais que retroalimentam o próprio capitalismo e transformam a tentativa de conviver com o capital um pesadelo sufocante. Uma esquerda que não admita tal fato corre o risco de seguir acriticamente a reboque do tempo das crises. Aliás, no Brasil, não é raro que tarefas burguesas sejam tragicomicamente incorporadas por intelectuais históricos e naquilo que houve de melhor das organizações da esquerda: grandes sindicatos tornem-se gestores de fundos de pensão e de previdência complementar de tal modo que João Bernardo não tardou em denunciar uma espécie de capitalismo sindical. O absurdo de tal situação também foi desvendado por Chico de Oliveira, antes esperançoso sobre esses mesmos sindicatos, as

cooperativas e a possibilidade de uma espécie de anti-valor; ademais, cooperativas de produção rural vinculadas ao maior movimento social da América latina, antes enxergadas por grandes autores como Paul Singer como essenciais para uma espécie de economia solidária, lançam ações na bolsa de valores e, assim, os trabalhadores não só são seus próprios capitalistas, mas também podem se engajar na gestão de riscos financeiros na bolsa. Ativamente, as maiores e melhores organizações da esquerda brasileira transformaram-se em gestoras do capital e nossa miséria ideológica não pode ser dissociada de tal fato, que manifesta um capitalismo que persiste em meio a formas de transição as quais, por seu turno, também são geridas por pessoas à esquerda.

E as razões objetivas para tal posicionamento não dizem respeito a conspirações ou a falhas morais ou de caráter, mas a possibilidades presentes nas próprios leis iminentes da produção capitalista. Também por essa razão, a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista precisa ser decifrada. Caso não apreendamos as determinações contemporâneas de tal enigma, restamos como personificações de relações estranhadas e impostas como uma de segunda natureza.

Por aqui, mas também em nível mundial, não é incomum que o engajamento à esquerda acabe por se confundir com a gestão de uma economia senil e, assim, o prego final do caixão está colocado: a esquerda, como apontou Chasin muito antes dos filósofos contemporâneos da moda, está morta. O morto-vivo, porém, retorna a todo o momento e principalmente nas eleições, em que, como é usual, o pragmatismo se impõe; os mortos não estão enterrados e intentam dar luz ao convencimento de que o pesadelo manifesto em uma gestão supostamente à esquerda do capital é a fonte de grandes esperanças.

Sem rasgar qualquer horizonte como temeu o autor de *O futuro ausente* e da *Miséria Brasileira*, e como nos lembra Paulo Arantes por vias diversas, com perspectivas absolutamente rebaixadas, a autoproclamada esquerda vem tentando demonstrar sem qualquer base factual que a gestão à esquerda do capital pode ser um sonho.

Ela mente descaradamente, pois já assumiu há muito tempo tarefas de gestão, administração e operacionalização do capital. Mas ela pretende nos iludir, pois busca salvaguardar, quase que romanticamente, o caráter civilizado das relações capitalistas de outras épocas e locais. Trata-se de uma das utopias mais desidratadas com as quais já nos deparamos. A extrema-direita, por outro lado, assume a barbárie cotidiana como uma base intransponível e oferece às massas aquilo de mais mesquinho e brutal, mas

que admite que o projeto civilizador do capitalismo falhou e, desse modo, vende uma verdade, ainda que baseada na apreensão superficial e apologética das relações reais de nosso tempo.

O trabalhador que adota representações burguesas, a ideologia do homem que é seu próprio capitalista, a subordinação brutal da esfera pública à reprodução do capital são fenômenos indissolúveis das próprias leis imanentes da produção capitalista. E nossa situação é aquela em que aqueles à esquerda não admitem tais verdades (já enunciadas como uma possibilidade no livro III de *O capital*) enquanto a extrema-direita, em conjunto com diversas outras representações sobre o gênero, as etnias, as origens geográficas etc., toma-as como solo firme para suas colocações mais vis. Em outras palavras, a brutalidade da extrema-direita encontra-se na própria realidade, não se tratando somente de uma falha moral. O ganho de força dessa ideologia, infelizmente, possui um fundamento sólido no capitalismo contemporâneo. E, efetivamente, o combate a tal posição não pode se colocar no terreno moralista do inimigo, como vem acontecendo.

A defesa de novos paradigmas epistemológicos – sejam eles quais forem – procura superar no campo da imaginação uma situação real, cuja compreensão depende do estudo detido das formas e das figuras econômicas do presente, não raro, engendradas como formas transicionais. No tempo presente, os protestos infantis contra o “pobre de direita”, as falsas moralidade, religião e defesa da família apresentam-se como revoltas impotentes, que substituem a vinculação entre crítica à economia política, tratamento de formas de transição, problematização dos rumos dessas formas, a formulação de táticas e programas econômicos e políticos por um moralismo pueril. Sob a ilusão de que nossa época é única e representa aquilo de pior da humanidade, e sem qualquer base na análise reta, cuidadosa e rigorosa das relações sociais do presente, a pseudo-esquerda adquire tonalidades muito mais teológicas e, assim, defende que se trata da luta do bem contra o mal. Por isso, seria preciso dizer com todas as letras: trata-se de fascismo!

O oposto de fascismo, claro, seria a democracia. E mesmo instituições putrefatas como as brasileiras precisariam ser defendidas, se necessário, acriticamente. De repente, no Brasil, Alexandre de Moraes se torna um baluarte da democracia e herói anti-fascista.

Há peculiaridades do presente, certamente. E aqui não podemos remeter às periodizações do capitalismo, presentes em grandes clássicos do marxismo, como Lenin, Bukharin, Hilferding, Rosa Luxemburgo para o imperialismo; Sweezy e Baran para o desenvolvimento de um capitalismo monopolista; Mandel na avaliação sobre o

capitalismo tardio (só para que fiquemos nos autores que tentaram tratar do “todo artístico” formado por processo de produção, de circulação e das figuras do processo global de produção). Também não é plausível discutir os acertos e os erros de todos esses autores ou as aporias nas quais suas teorizações se envolveram. Porém, vale ressaltar que as teorias que resgatem a crítica da economia política com tamanha abrangência e fôlego são escassas em nossa época, ao mesmo tempo em que as crises são abundantes. E, em meio a essas crises, de um lado, a esquerda aparece como um cadáver insepulto, que adquire um caráter conservador ao tratar das instituições e das formas econômicas burguesas; de outro lado, a direita cresce, amparada em uma análise superficial e crua.

Lamentavelmente, nesse cenário, nossa política tem sido reavivar ilusões, sem poder desenvolver qualquer teorização mais ampla e profunda sobre o capitalismo contemporâneo. E é nesse cenário que a lógica binária se afirma: nós contra o fascismo!

A crítica ao “fascismo” se tornou uma problematização moral quase que teológica. Tal tonalidade esconde nossa derrota e explicita nossa incapacidade de assumir nossa insignificância no presente. Pior: nós nos tornamos performáticos: quanto mais enchermos a boca para atacar os FASCISTAS, mais próximos parecemos estar da verdade e do bem. Análises “monótonas” e “antiquadas” como as de Lukács, de Chasin, de Jeffrey Herf são prontamente relegadas ao “academicismo”. Porém, mesmo análises rasas e equivocadas – além de datadas e vinculadas à III Internacional – como as de Dimitrov estão anos luz à frente do que nós temos propagado como uma análise sobre nosso inimigo. E isso certamente possui raízes objetivas, ligadas às derrotas das últimas décadas e ao fato de que não nos tenhamos reorganizado e ruminado suficientemente esses revezes, também, ao tematizar a superação do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista. Não poucas vezes, procuramos nos apegar em uma ilusória ética da convicção com base em nossa superioridade moral (que não é simplesmente verbal, que fique claro) diante da direita, mas, o tempo em que isso pareceu fazer algum sentido está terminando e ampara uma posição minimamente à esquerda é urgente.

VI

Ruminações sobre o tempo presente e a “crise de paradigmas” no Brasil

Nossas capacidades não vão além das ruminações, como já notado. Isso não é muito e explicita que somos parte do problema, e não nos colocamos como resolutivos. Porém, o tempo das crises não revela um “novo paradigma”, mas mais capitalismo: de

um lado, portanto, deparamo-nos com nada de novo; de outro, porém, a diferença específica e a conformação das formas de transição que caracterizam o capitalismo atual precisam ser descortinadas com o auxílio da crítica das categorias econômicas expressas pela sociedade civil-burguesa. Contamos com fatos novos e uma forma distinta pela qual o modo de produção se reproduz e há grande chance de ainda não termos sido capazes de apreender as reais determinações do momento em que vivemos, tanto em termos econômicos como políticos e ideológicos. Algo é certo, porém: não se trata de algo sem precedentes, mas de uma forma de capitalismo que precisa ser comparada com as anteriores e em que continuam a vigor as leis imanentes do sistema produtivo do capital.

Tal comparação necessita de uma crítica à economia política atualizada. A apreensão daquilo trazido em *O capital* e a que nos referimos ao abordar a superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista é uma condição necessária, mas não suficiente para tal empreitada. Também são bem-vindos os estudos dos clássicos do marxismo, como os já mencionados Lenin, Rosa, Baran, Sweezy, Mandel, entre outros. Descartar estudos sérios, de autores como Bellamy Foster e Magdoff, Jonh Smith, Itan Suwandi, Robert Benner, István Mészáros, Robert Kurz e outros (no exterior) e Reinaldo e Marcelo Carcanholo, Rui Mauro Marini, o grupo vinculado a Paulo Nakatani e muitos outros também está fora de questão. Não estamos em um deserto na crítica da economia política. Porém, como argumentamos em outro editorial e em nosso *O tempo das crises, a crise da esquerda e a necessidade de rasgar horizontes*, tanto não há como simplesmente tentar reviver autores de outros tempos quanto não há comparação entre a envergadura das pesquisas contemporâneas e aquela dos clássicos. Esses últimos traziam teorizações em que a unidade entre processo imediato de produção, processo de circulação e as figuras do processo global de produção era muito mais orgânica, pronunciada e equilibrada. Ou seja, sem retirar a importância das pesquisas mais próximas de nossa época, e com auxílio dos autores mencionados, é preciso atualizar a crítica da economia política. Isso é fundamental para a finalidade de propiciar a elaboração de uma estratégia socialista fundada em programas econômicos e estratégias políticas formulados com o maior cuidado para cada formação capitalista social singular.

Um país engendrado a partir do capitalismo de via colonial, como o Brasil, certamente possui peculiaridades vinculadas à sua inserção no mercado mundial como uma economia subordinada tanto ao capital dos países de via clássica quanto àqueles de via prussiana. Ao passo que nas economias centrais o primevo desenvolvimento burguês foi acompanhado pela grande indústria e pela democracia política, nos países

de via prussiana a agressão imperialista foi uma condição para avanço da grande indústria e da unificação nacional autocrática. Tem-se, assim, como demonstrou-se na *Destruição da razão*, com base na teorização de Lenin, a oposição entre um capitalismo clássico e um capitalismo tardio. O Brasil, por outro lado, defende Chasin em textos como *O integralismo de Plínio Salgado* (provavelmente nossa próxima publicação na coleção das obras completas de J. Chasin) e *A miséria brasileira*, procura o incremento de sua economia e de sua indústria de modo hipertardio, quando o imperialismo já está consolidado. Como consequência, a expansão militar e econômica agressiva, como aquela da Alemanha, da Itália e do Japão ficaram fora de questão.

Tanto esses três países quanto países de via clássica, como Inglaterra, França e Estados Unidos, possuem capitais que subordinam a burguesia “nacional” de países como o nosso. Em outras palavras, por aqui, a formação nacional ocorreu enquanto as tarefas democráticas não podem ser realizadas pela burguesia brasileira. Em verdade, mesmo as tarefas econômicas ligadas ao que Marx chamou de incremento, em proporção geométrica, das forças produtivas, são uma ficção em uma produção voltada para o mercado externo e, ao contrário do que aconteceu posteriormente em países como Coreia do Sul e Índia, calcado ainda em produtos como minérios, petróleo e gêneros agrícolas.

Como acentua Chasin, a peculiaridade da via de entificação do capitalismo brasileiro faz dele algo incompleto e incompletável. Nesse sentido, mesmo manifestações políticas do passado que sejam dotadas de uma analogia clara com o fascismo, como o integralismo, possuem um sentido distinto: se os fascismos completaram o desenvolvimento capitalista nos países de via prussiana, o integralismo buscava um retorno ao ambiente agrário (principalmente no caso de Plínio Salgado) e não questionava o caráter substancialmente atrasado da produção nacional. Ou seja, tratava-se de uma ideologia amparada no caráter atrasado e incompletável do capitalismo brasileiro.

Levamos tal questão porque falar em fascismo implica em uma espécie de modernismo reacionário, como bem demonstrou Jeffrey Heff. Em sentido diverso, em terras tupiniquins, o que Caio Prado Jr. chamou de sentido da colonização não foi questionado, assim como não o é, a rigor, até hoje. Afinal, ainda agora, a mineração e o agronegócio são o coração da economia nacional, voltada à exportação. Acentuamos tais fatos para que reste cristalino: no Brasil, os problemas sociais decorrem de uma via específica de capitalismo e pode-se virar e revirar as categorias das epistemologias tradicional, decolonial, ancestral, clássica etc. que essa determinação objetiva não se modificará. A apreensão da especificidade do capitalismo nacional, bem como da

caracterização presente das formas e das figuras econômicas vigentes em nossa formação social é que decide se as formulações políticas são mais ou menos razoáveis. Sem isso, restam narrativas fictícias, estetizadas e extremamente moralizantes sobre os elementos decisivos de nosso tempo. Não há crise de paradigmas, mas dificuldades imensas para a apreensão das potências de um tempo de crises e da derrota retumbante da esquerda.

Nesse sentido, infelizmente, tanto *O futuro ausente* quanto *A miséria brasileira* são de uma atualidade marcante. Tais obras buscam identificar as derrotas da esquerda e as limitações das posições políticas desenvolvidas por aqui. E não temos novidades no *front*: persistem a mesmas cantilenas, cada vez mais, na forma de pastiches. E isso significa que os textos de J. Chasin são atuais, ao mesmo tempo em que indicam que – quase 30 anos depois – os herdeiros do pensamento nacional marxista, nós inclusos, fracassamos de modo grosseiro em fornecer alternativas a um futuro ausente.

Porém, há aditamentos necessários aos juízos chasinianos. Em verdade, somos uma caricatura daquilo que já era adstringido quando da escrita dos mencionados textos do autor paulistano. No presente cenário, ainda são recuperados os vocabulários do “populismo”, “dependência”, autoritarismo” e “marginalidade”. No entanto, sabe-se que tais conceitos apresentam-se muito mais como marketing político que como algo a efetivamente ser intentado e mobilizado politicamente. Trata-se muito mais de performatividade do que de uma tentativa séria de explicar o desenvolvimento do real. Mais do que nunca, os gestores do capital atrofico, principalmente aqueles à esquerda, são prisioneiros de leis econômicas que não compreendem e não pretendem compreender.

Em verdade, mesmo o ex-professor e ex-ministro da fazenda Fernando Haddad, em teoria, um dos quadros mais capazes do petismo, - e, supostamente marcado por certa influência marxista e habermasiana -, não pestanejou ao deixar penetrar em sua gestão o famigerado tripé macroeconômico. E, na prática, isso significou a completa ausência de programa econômico por parte de um partido que somente nominalmente coloca-se como “dos trabalhadores”. Efetivamente, o PT vem governando há muito tempo por meio da desmobilização de sua antiga base social, a qual, agora, compreensivelmente, desilude-se com o que se apresentou como a alternativa democrática no momento posterior a institucionalização da autocracia burguesa em 1985.

O papel de gestor do capital é assumido orgulhosamente por aqueles que outrora pareciam poder se opor à conformação da via colonial de entificação do capitalismo nas greves de 1978-79. Assim, crescentemente, os inimigos de ontem

tornam-se aliados, como é o caso da emedebista Simone Tebet, do camarada Geraldo Alkmin e de qualquer um que possa assumir um papel nas negociatas políticas. Governar passa a significar negociar e o planalto se torna um balcão de negócios, em que as concessões políticas e econômicas não expressam uma tática voltada a qualquer horizonte, mas a simples sobrevivência em um ambiente hostil, em que a extrema-direita cresce e dá a tônica do debate público.

Talvez a situação não seja propícia às ilusões políticas, inerentes a um processo ainda marcado por dubiedades. Também não se tem somente a superstição inerente ao raciocínio teológico, em que se espera que, por um milagre, os fantasmas do passado possam voltar à vida. Que fique claro: mesmo que nós votemos em Lula em massa nas eleições de 2026 – o que é nosso dever, não há dúvidas – ninguém espera qualquer radicalização, guinada à esquerda ou mudança de rumos. Se a época de Chasin ainda tolerava ilusões bem-intencionadas, o nosso tempo traz o avesso e os prolatados jargões à esquerda, os quais figuram como parte de uma performance, que adquire tons de marketing.

Em verdade, diante de um futuro ausente, tornamo-nos conservadores, pois sabemos que o ímpeto de mudança não está conosco no momento. Acabamos optando por um cenário de negociatas, de não acabamento do capitalismo nacional, de alianças espúrias, em suma, de um rebaixamento de quaisquer expectativas quanto ao futuro. Nesse cenário, tematizar as formas de transição parece ser praticamente impossível, até mesmo porque a relação dos gestores do capital com elas é o que propicia as representações vinculadas à persistência do domínio do capital e, portanto, de um futuro ausente.

Ademais, os ensaios de retomar um jargão envelhecido sobre soberania nacional, que foram realizados pelo petismo diante das tarifas econômicas e das ameaças por parte da administração Donald Trump em 2025, já estão esquecidos. E, como disse Lula – elevado a posto de grande estadista no ano de 2026 devido ao fato de o presidente americano o ter respeitado (sabe-se lá em razão de quais negociações, provavelmente ligadas aos famigerados “metais críticos”....) –, sua reunião com o bilionário foi “amor à primeira vista”. Efetivamente, essa é a relação cordial que nós, que não raro denominamos Trump de fascista, podemos esperar caso a derrota de Lula nas urnas não aconteça. Como as candidaturas de esquerda são somente simbólicas – por mais interessantes que alguns aspectos delas possam soar em abstrato – o horizonte último que está colocado a nós é o adiamento da aposentadoria do octogenário presidente.

De todo o modo, em um sentido mais geral, a derrota é certa.

Independentemente dos resultados das eleições, a conformação colonial do capitalismo brasileiro sequer é questionada. Ademais, não há no horizonte qualquer programa econômico minimamente à esquerda nas urnas e fora das urnas. Continuamos nos opondo ao avanço da extrema-direita com jargões envelhecidos, que são incapazes de apreender as determinações do capitalismo contemporâneo e que obviamente são inférteis para pensar nas formas de transição presentes na própria realidade do sistema capitalista de produção e da formação social brasileira. A impressão é que a pergunta sobre o que fazer transformou-se na questão sobre o que ceder para que o pior não aconteça (e não há dúvidas que um governo de Flávio Bolsonaro seria desastroso e que evitar tal desfecho é urgente). De certo modo, o cenário é aquele mais propício para se perder as ilusões e para que assumamos que somente chegamos ao ponto de considerar como uma reivindicação de esquerda a defesa das instituições burguesas e de todas as suas falhas quando a derrota foi retumbante.

Tal condição não é somente aquela em que esquerda está morta e seu cadáver insepulto continua pairando pelos cantos. Os próprios defensores de um quarto governo Lula (nós inclusos) sabemos que não há chance alguma de um governo minimamente à esquerda. O hiato entre aquilo que é necessário para o renascimento da esquerda e para o questionamento do capitalismo de um lado e, de outro, para o cotidiano das eleições é assustador e aterrorizador. E, claro, isso não decorre de qualquer “crise de paradigmas”, mas das derrotas das últimas décadas e do fato de que sequer os revezes da esquerda foram assumidos por nós da maneira devida. Assim, devemos ruminar sobre o assunto.

Porém, nesse momento de crise profunda da esquerda também há espaço para alternativas sobre as nossas ilusões: é plausível – e se trata da alternativa mais provável – que nós continuemos fingindo que nossa derrota não é certa. Entretanto, também nos deparamos com a possibilidade de assumir a nossa insignificância no presente para que possamos enterrar os mortos de vez, com ou sem glórias. Como disseram Marx e Engels no *Manifesto*, então, seríamos obrigados finalmente a encarar sem ilusões a nossa posição social e as nossas relações com o capitalismo de nosso tempo. E isso não é pouco.

Nesse sentido específico, nunca estivemos tão perto de um passo decisivo para o renascimento da esquerda e do marxismo. Perder as ilusões diante de um cenário como o presente é o primeiro passo para a apreensão objetiva de nossas condições de vida e para elaboração programática de pautas econômicas e políticas. O caminho é muito árduo, mas deve ser trilhado com o auxílio daquilo que há de melhor em

termos de ciência, reconhecendo as especificidades do capitalismo brasileiro, a necessidade da adoção da perspectiva do trabalho contra o capital, de modo a se preparar para o estabelecimento de um programa econômico ao qual, nós, no presente momento, fomos incapazes de pensar.

VII

O medo, a esperança e as eleições no Brasil: os pastiche do politicismo e o *non sense* da democracia dos juristas

É sintomático que oscilemos entre o medo de uma vitória daquilo mais aviltante nas tradições nacionais e a esperança de um quarto e a fraquíssimo governo Lula. A extrema direita do Brasil resgata explicitamente a herança da ditadura militar e, tal qual nos 21 anos do domínio dos generais, busca a subordinação direta à política externa americana. Ao contrário daquele momento, no entanto, não há projeto algum quanto à indústria e a integração nacional. O problema é que hoje não é mais necessário para a extrema direita um programa de integração econômica e política propriamente dito. Seus objetivos estão em destruir quaisquer resquícios de conquistas sociais de outrora e todas as instituições com mínima porosidade para pressões efetivamente populares. Que há um projeto de poder, não há dúvidas. Mas os nortes da economia e das instituições políticas estão subordinados à tática momentânea para o domínio espoliativo direto.

Como mencionado, os representantes do capital atrofico perderam as ilusões quanto ao caráter civilizatório do capitalismo, tanto em termos políticos, quanto no campo econômico. Sabem que, afinal, nosso capitalismo é incompletável, a burguesia tupiniquim está associada ao capital internacional, a democracia e os direitos sociais foram conquistados apesar das instituições supostamente democráticas, e não por causa delas.

Em verdade, eles parecem até mesmo estar cientes de que a história nacional é uma constante oscilação entre bonapartismo e autocracia institucionalizada. Como resultado, possuem uma visão muito mais realista do que a autoproclamada esquerda.

Ao mesmo tempo, porém, para dizer com a dicção do *18 Brumário*, não fornecem qualquer poesia ou qualquer futuro. Em suma, pensam nos termos de um futuro ausente, em que a sobrevivência individual é a chave, mesmo que possa se dar de modo extremamente brutal. Não se trata propriamente do prolatado “capitalismo de cassino” ou de um simples domínio direito de grupos econômicos – sejam eles legais ou ilegais –, mas da assunção de que a época de *think tanks* acabou e que é muito mais adequado à gestão do capital atrofico uma espécie de não-gestão, ou seja,

a predação e o disparate de um Paulo Guedes (ou qualquer símile), um homúnculo, se comparado a um Delfin Netto.

Talvez Frederic Jameson tenha alguma razão quando especulou que as posições à direita de seu tempo (que chamou de neoliberais) trouxessem uma concordância quanto aos marxistas sobre a impotência do Estado em sanar os males sociais. Paulo Arantes também foi perspicaz quando analisou a década de 1990 do Brasil ao dizer que a nata do tucanato paulista – que Chasin sempre associou a uma espécie de marxismo adstringido – constitui na realidade uma espécie de oxímoro, um marxismo de classe dominante.

No entanto, hoje, o problema não é, como quer Safatle, que a esquerda teme dizer seu nome; pode até ser que nós gritemos muito alto, performática e enfaticamente o que queremos, mas não basta querer. E há de se admitir que há certo voluntarismo e politicismo em tal posicionamento do filósofo da USP. É certo que, quando a direita perdeu suas ilusões, é preciso que deixemos para o passado as nossas, e admitamos que sem um programa econômico não vamos a lugar algum. E, claro, não há que tentar suspender as ilusões à Furet, que se tornou simplesmente um apologeta dos ventos contrarrevolucionários de nossa época. Porém, é preciso admitir que, em verdade, a questão não diz respeito à política e nas instituições do chamado Estado de Direito.

Mais urgente é que tenhamos a percepção de que a extrema direita já percebeu tal fato e, por conseguinte, adota como premissa aquilo que deveria ser sabido pelos marxistas. Hoje, esses últimos, dentre os quais nós nos encontramos, são irrelevantes do ponto de vista político, pois, para que parafraseemos a *Crítica à filosofia do Direito de Hegel - introdução*, nossa teoria não se apodera das massas e muito menos se torna uma força material. E isso ocorre até mesmo porque, substancialmente, desistimos de desenvolver uma teoria no sentido forte; passamos a ser reativos até mesmo porque o sujeito histórico que embasou a crítica marxista no século XX, o moderno proletariado, convive por muito tempo com a situação da superação do modo de produção capitalista dentro do modo de produção capitalista. Suas representações são frutos dessa situação, sobre a qual raramente paramos para ruminar e que adquire a faceta do pesadelo que aludimos acima. Em parte substantiva, nossa teoria não se apodera das massas porque não compreendemos os elementos básicos da situação que engendra as formas de ser do trabalho e do capital. Ademais, as condições das classes produtoras contemporâneas envolvem muitas formas transicionais complexas, cuja apreensão não é simples.

De outro lado, os dogmas da escola de Chicago possuem efetividade prática

porque dizem respeito às formas aparentiais e àquilo cuja eficácia é mais imediata (mesmo que brutal). E, sem uma teoria propriamente ligada à perspectiva do trabalho contra o capital, os Chicago boys mais ou menos enrustidos aparecem tanto nas gestões à esquerda (que são temperadas com uma pitada de vergonha pelo papel assumido na gestão do capital) quanto na direita, para quem, no Brasil, o problema sempre parece ser que não se é suficientemente liberal na economia e não se mercantilizou a vida suficientemente. Olhar para a gestão petistas dos últimos quatro anos foi difícil, embora sempre tenhamos o feito com a convicção que um segundo governo Bolsonaro teria resultado em danos intoleráveis sobre o mínimo que resta de civilização no Brasil.

Assim, oscilar entre o medo e a esperança – ainda mais quando essa última é tão rebaixada – possui um significado profundo. A questão é retomada por Lukács ao debater com Espinosa e, nos diz o velho húngaro: ambas as disposições afetivas dizem respeito a uma ausência de conhecimento sobre as reais condições sobre as quais elas se assentam.

O medo se aloca diante da incerteza de um desconhecido e a esperança na crença de que, ao fim, os rumos serão favoráveis, por mais que tenhamos em nossa cabeça certa ignorância. Nossa posição como esquerda é aquela em que, sem a compreensão do todo do processo de produção, de circulação e das figuras da produção global, restamos sem o entendimento das condições materiais nas quais se assenta nossa práxis.

O resultado é conhecido: ausência de programas econômicos, programas políticos inexistentes, as formas de transição desenvolvidas na própria sociedade capitalista sequer são tematizadas. Diante disso, resta oscilar entre, de um lado, o moralismo e o otimismo pueris, que se colocam contra a efetividade dos fatos, e, de outro, o cinismo de um oportunismo sem oportunidades minimamente à esquerda. Para que sejamos claros: de certo modo, os últimos anos foram mais do mesmo. Porém, não se trata mais de um reformismo fraco, como quis André Singer sobre os dois primeiros governos Lula, pois não se procura quaisquer reformas, mas a simples contenção de danos diante dos ataques aos direitos que foram conquistados quando a esquerda ainda possuía força e o movimento dos trabalhadores ainda era efetivamente expressivo. O ânimo da (pseudo) esquerda que gere o capital é aquele de alguém que mira o abismo e diz que ele não existe.

No melhor dos casos, o conservadorismo paira no ar. Diante do ataque aos direitos sociais – e mesmo aos direitos civis mais básicos – a posição adotada tem sido procurar fazer valer contra o domínio burguês a ideologia burguesa de outrora.

A particularidade, porém, é que, mesmo essa visão de mundo já está rebaixada pelas perspectivas adotadas pela autoproclamada esquerda. E tal fato é patente quando o conceito de democracia defendido na esfera pública por aqueles que possuem o mínimo de escrúpulos é um tipo de democracia dos juristas. Democracia torna-se “Estado de Direito” e confunde-se com a defesa das instituições institucionalizadas outrora de modo autocrático.

Também é sintomático que os “atos antidemocráticos” tenham sido as razões da prisão dos envolvidos na tentativa (felizmente confusa e quase que cômica) de golpe de Estado em 2023. A influência das milícias, o envolvimento com agentes internacionais ou tantas outras fundamentações para o crime de lesa-pátria dão lugar a argumentações cuidadosamente reduzidas ao terreno do Direito e processadas pelo STF por um juiz outrora famoso por reprimir as manifestações da esquerda no Estado de São Paulo quando secretário de segurança pública do então tucano – e inimigo número um dos professores – Geraldo Alkmin. Sob a alegação de que as “instituições estão funcionando”, que constitui uma absoluta contradição em termos, a categoria da democracia adquire uma tonalidade ainda mais limitada. Como mencionamos, o pastiche do politicismo, que consiste hoje em proclamar as teorizações de outrora de modo voluntarista, vem perdendo terreno e as únicas esperanças que parecem se sustentar são negativas: a crença de que é possível evitar que o que há de pior na história nacional volte ao poder executivo.

Dizemos isso porque a tonalidade quase que estamental do judiciário se mantém e, inclusive, é defendida com afincos quase cômico pelo que resta dos democratas de plantão. O legislativo, nos níveis municipal, estadual e federal, está abarrotado por políticos diretamente ligados às milícias, empresas (principalmente ligadas ao agronegócio e à mineração, mas também a bancos mais ou menos predatórios) e igrejas as quais propagam a ideologia da extrema-direita de modo desavergonhado.

A estrutura do Estado brasileiro é tal que parece inverossímil que alguém possa negar aquilo defendido no *Manifesto* em meados do século XIX, que o Estado, ao fim, é uma espécie de comitê executivo, que trata dos assuntos comuns da burguesia.

A esperança nas eleições do executivo encontra-se com expectativas profundamente rebaixadas e, nesse cenário, aquilo que decidirá as eleições não serão as manifestações populares, a promessa (ilusória) de guinada à esquerda ou qualquer outro artifício de mobilização das massas. Antes, é muito mais provável que vazamentos de investigações (como aquelas do banco Master) sejam o decisivo. Quando as esperanças possuem tal base, para dizer com Marx da *Sagrada família*, não

há mais propriamente ilusões, mas superstições políticas. E somente a superstição pode defender que o tempo das crises e sua manifestação nacional no Brasil pode ter um termo dentro do capitalismo.

Um conceito apologético, enfraquecido e putrefato de democracia paira no ar e não é de se estranhar que haja terreno para a recepção da crítica às instituições autoproclamadas democráticas. O Estado de Direito, conformado como uma democracia dos juristas, é um contrassenso até mesmo para alguém como Tocqueville. Como nosso dossiê do presente número demonstra, isso é absolutamente incompatível com o pensamento marxista também. Com tal conceito vigente, talvez o percurso para percebermos algo basilar para um marxista esteja completo: o poder político é, ao fim, como disse Marx já em *Sobre a questão judaica*, a forma política dos poderes sociais estranhados dos próprios homens. Mais diretamente, para dizer com *Guerra civil na França*, o Estado é uma excrecência parasitária. Assim, a vinculação entre crítica da especulação, das categorias econômicas, do Direito e do Estado emergir. Isso é somente uma possibilidade, porém. Tendencialmente, se não perdermos as ilusões e assumirmos nossas estrondosas derrotas de modo explícito, pode ser tarde, pois a extrema direita já se encontra desiludida, relegou para o passado a civilização e avança a passos largos.